

Educação e economia solidária: princípios para propor mudanças a partir de outra visão de mundo

Education and solidarity economy: principles to propose changes from another world view

Guacira Quirino Miranda

Doutoranda em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação (PPGED/FACED) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Endereço pessoal: Rua Maria das Dores Dias, 485. Bairro Santa Mônica. Uberlândia (MG). CEP 38408-206.
E-mail: guaciraqm@hotmail.com.

Resumo: Vivemos em um capitalismo globalizado, submetidos à lógica do mercado e às relações de poder. A educação escolar, ao mesmo tempo em que apresenta os elementos para a compreensão da sociedade capitalista, acaba por reforçar a reprodução dessa sociedade. Para mudar esse modelo de educação, é necessário buscar outros elementos, que estimulem a reflexão sobre os problemas do mundo contemporâneo, refutando a educação tecnicista e apresentando propostas de educação pautadas em uma abordagem humanista. A economia solidária, no marco da tradição da economia social, incorpora à gestão da atividade econômica os valores humanos que devem reger a sociedade e as relações de cidadania: justiça, equidade, fraternidade econômica, solidariedade social e democracia. Daí a proposta de se pensar a educação a partir dos princípios da economia solidária, de modo a propor mudanças a partir de outra visão de mundo.

Palavras-chave: Educação. Economia Social. Economia Solidária.

Abstract: We live in a globalized capitalism, submitted to the logic of the market and to relations of power. School education, while presenting the elements for understanding capitalist society, reinforces the reproduction of this society. In order to change this model of education, it is necessary to seek other elements that stimulate reflection on the problems of the contemporary world, refuting technical education and presenting educational proposals based on a humanistic approach. Solidary economy, within the framework of the tradition of social economy, incorporates to the management of economic activity the human values that must govern society and the relations of citizenship: justice, equity, economic fraternity, social solidarity and democracy. The proposal to think of education from the principles of solidarity economy contributes to think education from another worldview.

Keywords: Education. Social Economy. Solidarity Economy.

*Considerando que todos os desafios enunciados têm uma contrapartida de esperança e que o crescimento dos saberes pode conduzir, a longo prazo, a uma mutação comparável à passagem dos hominídeos à espécie humana.
(Manifesto da Transdisciplinaridade, 1994).*

A escola é o espaço institucionalizado de produção e reprodução do saber; concebida para a socialização formal, como transmissora dos conhecimentos historicamente produzidos, e socialização informal, como lugar de convívio no qual são compartilhados e aprendidos crenças, valores e normas sociais. O papel da educação não é o de reproduzir os valores que predominam na sociedade, sem questionar esses valores e propiciar a reflexão crítica que possibilite a ação para que ocorram as mudanças sobre aquilo que não está correspondendo ao que seja o ideal para os indivíduos e a sociedade.

Vivemos em uma sociedade capitalista, submetida à lógica do mercado e às relações de poder. Japiassu (2006), ao traçar observações sobre a sociedade em que vivemos, retrata que a atual sociedade globalizada combina o liberalismo econômico e a tecnocracia que se desenvolve para atender ao sistema capitalista. O totalitarismo do mercado submete todas as pessoas. A busca pela produtividade alucinante resulta em individualismo, medo e estresse, além de gerar uma legião de excluídos social e economicamente.

A crítica de Adorno e Horkheimer (1985) sobre a indústria cultural e a cultura de massa mostra como o capitalismo industrial se utiliza dos meios de comunicação para transformar todos os indivíduos em consumidores. O desejo de consumo e acumulação de mercadorias é inculcado sobre os indivíduos e provoca o falso entendimento de que para *ser* é necessário *ter*:

A partir do momento em que as mercadorias, com o fim do livre intercâmbio, perderam todas as suas qualidades econômicas salvo seu caráter de fetiche, este se espalhou como uma paralisia sobre a vida da sociedade em todos os seus aspectos. As inúmeras agências de produção em massa e de cultura por ela criada servem para inculcar no indivíduo os comportamentos normalizados como os únicos naturais, decentes, racionais. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 40).

A educação escolar, ao mesmo tempo em que apresenta os elementos para a compreensão da sociedade capitalista, acaba por reforçar a reprodução dessa sociedade. Ao trazerem a teoria de Marx (1985a, 1985b), por exemplo, os professores apresentam e abrem o debate sobre as forças produtivas e as relações sociais de produção, mostram como se desenvolveram as técnicas e os processos de produção e como se dá a divisão dos produtos e a organização do trabalho. Abordam a divisão social do trabalho e a separação entre os detentores dos meios de produção e o trabalhador. Discutem a alienação do trabalho e a exploração do trabalhador, a luta de classes, as relações hierárquicas, a apropriação capitalista do saber social. No entanto, inúmeras vezes apontam para uma perspectiva utópica da teoria e ponderam que o capitalismo não tem fim porque se retroalimenta em suas próprias fontes e que sua lógica de funcionamento vai sempre aumentar o acúmulo de riquezas e, cada vez mais, ampliar a desigualdade e a exclusão social.

Ao fazerem a crítica, esses professores evidenciam sua desesperança sobre um mundo melhor. Por outro lado, a educação escolar continua a dar prioridade à formação dos alunos para o trabalho, e seu foco é o desenvolvimento de competências e habilidades para permitir o ingresso e a permanência no mercado de trabalho.

Quanto mais “competente” ou bem preparado estiver, maiores são as oportunidades de ascensão, em uma perspectiva que leva em conta a meritocracia. Assim, permanece o caráter economicista na educação sob a égide da economia de mercado.

Para mudar esse modelo de educação, é necessário buscar outros elementos, que estimulem a reflexão sobre os problemas do mundo contemporâneo, confrontando a educação tecnicista com modelos de educação fundados em uma abordagem humanista. Nessa perspectiva, mesmo que se considere que uma base econômica fundamenta nossa sociedade, é possível uma reconfiguração do pensamento sobre as práticas de socialização formais e informais de nossa sociedade, que são transmitidas e produzidas no ambiente escolar. A proposta deste trabalho é trazer para a discussão as abordagens da economia popular solidária como uma alternativa para se pensar a economia em uma fundamentação humanista.

Singer (2002) considera que a economia solidária é uma opção melhor do que o capitalismo, porque se alicerça em um modelo de sociedade na qual predomina a igualdade e a solidariedade entre as pessoas, possibilitando, com isso, uma vida melhor para todos. Em lugar do individualismo e da competitividade, tem-se a cooperação. Em vez do consumismo, o consumo sustentável.

O consumo sustentável representa um salto qualitativo de complexa realização, na medida em que agrega um conjunto de características que articulam temas como equidade, ética, defesa do meio ambiente e cidadania, enfatizando a importância de práticas coletivas como norteadoras de um processo que, embora englobe os consumidores individuais, prioriza as ações na sua dimensão política. (JACOBI, 2006, p. 185).

A economia solidária, que faz parte do contexto da economia social, se insere na economia de mercado, no entanto, possui características próprias que a diferenciam da lógica do mercado capitalista. Os empreendimentos dessa economia são gerados e administrados pelos trabalhadores, e esta é uma proposta de ruptura com o modo de trabalho alienado. Além dos objetivos sociais e da importância da solidariedade, as formas como se estabelecem as relações de trabalho e o modo como os ganhos são destinados criam relações sociais e de trabalho específicas.

A teoria filosófica de Deleuze e Guattari (1996) fornece elementos para reflexão sobre a economia solidária. Segundo os autores, nós, indivíduos ou grupos, somos atravessados por linhas que nos compõem e que possuem diferentes ritmos e natureza. São de múltiplas espécies, que se constituem a partir de três tipos: as linhas maleáveis ou molares, de códigos relativamente flexíveis que permitem a comunicação entre os polos extremos da cisão e da fusão; as linhas duras, que são responsáveis pelas dualidades existentes em nossa sociedade, pois são molares, ou seja, estratificadas; e as linhas de fuga, que são linhas de ruptura.

Os empreendimentos solidários surgiram como uma linha de fuga do sistema capitalista com suas relações de alienação e exploração do trabalho, do desemprego, da competitividade e da exclusão social. As pessoas que fazem parte dos empreendimentos provêm de situações de vulnerabilidade social, geralmente possuem uma situação econômica historicamente adversa ou passaram por situações de perdas e

constrangimentos. Os pressupostos psicossociais da exclusão social são: competitividade e culpabilização. A competitividade exige a exclusão, gera a exclusão, pois só é possível se houver diferenças. A culpabilização atribui ao indivíduo a responsabilidade por sua situação econômica adversa, como sinal de incompetência e fracasso. Conforme Sawaia (2004, p. 9), “a dialética da inclusão/exclusão gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se excluído até o sentir-se discriminado ou revoltado”. Segundo a autora, “os excluídos não são simplesmente rejeitados física, geográfica ou materialmente, não apenas do mercado e de suas trocas, mas de todas as riquezas, de seus valores, que não são reconhecidos trazendo uma exclusão cultural”.

A proposta da economia solidária é de igualdade e oportunidade para todos. Os empreendimentos são gerados e administrados pelos trabalhadores, em um sistema de produção coletiva e cooperativa, no qual todos têm poder de decisão (autogestão). De acordo com Singer (2003, p. 116), autogestão significa que “a mais completa igualdade de direitos de todos os membros deve reinar nas organizações da economia solidária”. Mais do que a gestão de um empreendimento, a autogestão na economia solidária significa a gestão social do grupo, no qual cada participante é autônomo, mas reconhece que faz parte de um todo solidário e colaborativo.

Como linha de fuga para a mais valia, as relações da economia solidária não se baseiam no lucro. Os ganhos ou “sobras” provenientes da comercialização dos produtos são aplicados nos empreendimentos e repartidos entre os participantes para garantir sua subsistência. Além da comercialização dos produtos, a distribuição de recursos também se efetiva com base na dádiva, na troca, no mutirão e na reciprocidade. O Banco de Tempo, por exemplo, é um sistema de intercâmbio de horas de trabalho que se efetiva na prestação de serviços. Forma-se um banco de oferta e procura de serviços, e o pagamento dos serviços realizados não se dá em dinheiro: a moeda de troca é o tempo (em horas).

Deleuze e Guatarri (1996) escreveram sobre as linhas como um constante processo de territorialização e desterritorialização. “E constantemente as linhas se cruzam, se superpõem por um instante, se seguem por um certo tempo”. (Op. cit., p. 71). Isso acontece na economia solidária. As linhas de fuga da economia solidária propõem desterritorialização, um território diferente daquele que funda e sobre o qual se alicerça o sistema capitalista. A economia solidária é uma linha de fuga no sentido de aduzir outras formas de ver e de ser no mundo, que foge dos agenciamentos do sistema capitalista. Um plano de imanência ou campo de consistência construído:

é seguindo uma relação meticulosa com os estratos que se consegue liberar as linhas de fuga [...]. Estamos numa formação social; ver primeiramente como ela é estratificada para nós, em nós, no lugar onde estamos; ir dos estratos ao agenciamento mais profundo em que estamos envolvidos; fazer com que o agenciamento oscile delicadamente, fazê-lo passar do lado do plano de consistência. (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 22).

E essas linhas se fazem maleáveis. E sob esse aspecto é preciso pensar que as linhas de fuga da economia solidária não remetem a uma sociedade primitiva, que

prescinde do desenvolvimento tecnológico realizado e conquistado pelos homens para a melhoria da qualidade de vida. Mas é uma ruptura com a tecnologia e o “desenvolvimento/progresso” naquilo que eles trazem de perverso para a sociedade. A segmentaridade primitiva que constituiu a economia solidária é de romper com o sistema capitalista, mas não há uma proposta de completa cisão, o que se quer não é criar uma linha de segmentaridade dura no sentido de criar uma nova estratificação social, a daqueles que pertencem aos empreendimentos solidários. Mais do que empreendimentos solidários, a economia solidária é uma filosofia de vida, ou seja, perpassa todas as esferas da existência.

É um movimento de vida pensado e realizado de dentro para fora. Sendo assim, uma das principais características da economia solidária é ser uma economia local. De acordo com França-Filho e Laville (2004), trata-se de uma economia interessada no desenvolvimento local, comunitária e pública, realizada para a geração de trabalho e renda, que se baseia em uma construção coletiva democrática. A dimensão dos empreendimentos é variada, de pequenas associações e cooperativas populares até grandes cooperativas ou empresas recuperadas pelos trabalhadores.

Um exemplo do caráter local da economia solidária são as moedas sociais. São moedas que fazem parte de um sistema paralelo ao da moeda oficial do país. Surgiram devido à característica da economia solidária de comercializar seus produtos em feiras organizadas pelos próprios empreendedores. As feiras são espaços abertos para a integração e articulação entre os empreendimentos e para a oferta dos produtos para a comunidade. A princípio, as moedas sociais eram utilizadas somente nas feiras e, depois, seu uso se estendeu para a comunidade, passando a ser vista como uma forma de reter, no espaço comunitário, os benefícios do trabalho dos produtores, tornando-se, assim, um instrumento para o desenvolvimento dos locais onde se insere, pois cria um espaço de circulação determinado que beneficia a distribuição dos recursos e aumenta negócios na esfera onde se insere. O volume de emissão de moeda social é proporcional ao incremento das transações realizadas pelos participantes da economia local.

Abordar, na escola, o processo de criação e desenvolvimento das moedas sociais ajuda a compreender o valor social da moeda como meio de circulação. Abre espaço também para a discussão sobre o que representa o acúmulo de papel-moeda na economia capitalista:

o papel-moeda é uma das unidades constitutivas da economia capitalista, que é a economia de mercado fundada na propriedade privada e na divisão social do trabalho. A moeda passa a se transformar em capital monetário cuja valorização se expressa no acúmulo de riqueza abstrata. Dada a dimensão de acúmulo de riqueza, a natureza monetária da economia capitalista tem por objetivo permanecer sempre abstrata, como capital monetário. Assim, o capitalismo procura formas de valorizar cada vez mais o capital, acumulando mais riqueza, e o dinheiro se transforma em capital financeiro. O dinheiro no mercado financeiro rende mais dinheiro se desvinculando, de certa forma, da esfera produtiva. (MIRANDA, 2011, p. 4).

A partir do uso das moedas sociais, foram criados bancos comunitários que oferecem serviços financeiros solidários de natureza associativa e comunitária,

apoiando os pequenos empreendimentos produtivos e de prestação de serviços. Um exemplo de banco comunitário é o Banco Palmas, fundado em 1998 no Conjunto Palmeira, periferia de Fortaleza - CE. A Associação de Moradores do Conjunto Palmeira - ASMOCONP criou a moeda social Palma e, a partir daí, o banco comunitário.

Imagem 1: Moeda social Palma



Fonte: <<http://economia.uol.com.br/album/2012/06/04/brasil-tem-81-moedas-alem-do-real.htm#fotoNav=10>>. Acesso em: 28 set. 2017.

Em março de 2013, a associação fundou o Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconômica Solidária, cujo caráter jurídico é de uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público). Criou-se, então, uma rede de bancos públicos comunitários, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários que, atualmente, é formada por 103 bancos comunitários.

De acordo com o Instituto Palmas, as principais características dos bancos comunitários são:

- A própria comunidade decide criar o banco, tornando-se sua gestora e proprietária;
- Atua sempre com duas linhas de crédito: uma em reais e outra em moeda social circulante local;
- Suas linhas de crédito estimulam a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território;
- Apoia os empreendimentos com estratégia de comercialização como: feiras, lojas solidárias, central de comercialização, etc.;
- Atua em territórios caracterizados pelo alto grau de exclusão e desigualdade social;
- Volta-se para um público caracterizado pelo alto grau de vulnerabilidade social, sobretudo aqueles beneficiários de programas sociais governamentais de políticas compensatórias;
- Funda sua sustentabilidade financeira, em curto prazo, na obtenção de subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas. (INSTITUTO PALMAS, s.d., s.p.).

A criação da moeda social eletrônica abriu novos espaços para a comercialização dos produtos, que podem ser adquiridos de forma eletrônica, por cartão e/ou via telefone celular (e-Dinheiro), e cujo resultado retorna ao local onde a produção acontece.

Imagem 2: Moeda social Mumbuca - moeda social eletrônica



Fonte: <<http://www.institutobancopalmas.org/moeda-mumbuca-2/>>. Acesso em: 28 set. 2017.

Observa-se, tanto na composição de redes comunitárias quanto no uso da internet para a possibilidade de estabelecimento de redes, uma ampliação da territorialização da economia solidária, sem perder de vista o seu aspecto de economia local. Reiterando que o território da economia solidária é um e se compõe da soma das territorialidades e da multiplicidade dos empreendimentos, e cada empreendimento é único em suas especificidades, naquilo que o fez ser o que é e que o constitui.

Sobre a composição em redes, um marco para a história da economia solidária no Brasil foi a constituição do Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES. Nesse fórum, reuniram-se empreendedores solidários, entidades de assessoria e fomento e gestores públicos. A respeito da união entre os diversos agentes, esta não representa a subsunção da economia solidária aos valores do poder capitalista instituído; ratifica-se que a economia solidária parte de movimentos sociais organizados e não possui uma liderança molar e que a ruptura da economia solidária com o sistema (social e político) vigente em nossa sociedade não ocorre totalmente. A economia solidária não prescinde dos mecanismos de apoio das políticas públicas ou de outras instituições que promovem o desenvolvimento social e a geração de renda. A visão é sempre de assistência social e nunca de assistencialismo.

No âmbito governamental, várias iniciativas já foram consolidadas desde o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES em 2003. Nessa mesma época, constituíram-se o Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES e a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Em 2006, foi desenvolvido o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). No final de 2007, o SIES concluiu o Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), e em 2013, finalizou-se um segundo mapeamento, que atualizou um atlas digital no qual estão informados 19.708 empreendimentos da economia solidária (BRASIL, s.d., s.p.).

Essas informações reforçam a proposição de que a economia solidária, bem como todo movimento social organizado, consegue conquistar seus espaços, ser agente de mudanças.

Trazer para a escola essas informações e proposições é abrir espaço para uma discussão mais ampla. O capitalismo provoca contradições a serem refletidas com os estudantes. No capitalismo, predomina uma sociedade na qual só se pensa em ter e consumir. Uma sociedade individualista que não considera aspectos primordiais para

o bem-estar social e a continuidade da vida no planeta. O sistema capitalista é concentrador de riquezas, no entanto, precisa de consumidores e, por isso, trabalha para manter um alto nível de consumo. Portanto, cria desejos de consumo a partir de agências de produção em massa e de cultura, levando a crer que os comportamentos normalizados são naturais. O capital se coloca acima do trabalho, o individualismo acima da solidariedade, os produtos acima das pessoas e da preservação da natureza. No capitalismo, somente a atividade econômica tem valor, assim, desvaloriza-se a própria vida. As atividades especulativas se tornam mais importantes do que as consequências sociais e meio-ambientais que produzem.

A economia social, na qual se insere a economia solidária, defende que as organizações produzam bens e serviços de forma solidária, não visando somente o lucro, mas ganhos para todos. A dimensão de ganho é maior do que a visão voltada somente para a lucratividade, já que supera o fator financeiro ao tomar em conta os valores sociais. No enfoque da economia solidária, as atividades econômicas levam em conta as pessoas, o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, e estas são suas referências prioritárias. De forma geral, a economia solidária é uma maneira de viver, que abarca a integridade das pessoas e designa a subordinação da economia à sua verdadeira finalidade: prover de maneira sustentável as bases materiais que promovam a satisfação das necessidades de todos, sem perder de vista as gerações que virão. Os empreendimentos dessa economia têm suas referências em cada participante e grupo social, porque não se define a partir dos benefícios materiais alcançados por um empreendimento, mas em função da qualidade de vida de seus membros e de toda a sociedade como sistema global.

A economia solidária, no marco da tradição da economia social, incorpora à gestão da atividade econômica os valores que devem reger a sociedade e as relações de cidadania: justiça, equidade, fraternidade econômica, solidariedade social e democracia. Uma nova forma de produzir, consumir e distribuir que se coloca como um instrumento de transformação social. Assim, o papel daqueles que se preocupam com esses valores e conhecem a economia solidária é buscar aprender mais e difundir seus princípios e suas práticas. Na educação, a função dos educadores que defendem a economia solidária não é a de trazer esses princípios e exemplos como práticas acabadas, ou receita pronta, mas apresentá-los para provocar o debate. Como se resolvem questões como competição/colaboração, igualdade/desigualdade, solidariedade, propriedade privada/coletiva, individualismo, liberdade individual, coletividade, grupo, hierarquia, empreendedorismo, liderança, identidade social, heterogestão/autogestão, cooperativismo? Há esperança de um mundo melhor, como consegui-lo a partir de nossa realidade, desejos e ações? Propor e ampliar espaços de discussão a partir da realidade observada fundamentada pela opção teórica adotada em confronto com as teorias que fazem a contraposição é um caminho para transformação do pensamento que sustenta todo o aparato existencial dos sujeitos.

Conforme Japiassu (2006, p. 49), “o objetivo da educação não é o acúmulo ou capitalização de conhecimentos, mas sua organização em função de eixos estratégicos fundamentais”. Abordar o tema na escola não trata, portanto, de ensinar sobre a economia solidária ou apresentá-la como uma panaceia, solução para todas as mazelas que enfrentamos em nossa sociedade. O objetivo é, justamente, oferecer elementos para

problematizar. Não é também um debate somente sobre os fatores econômicos, mas, sobretudo, sobre questões sociais, éticas e políticas.

Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução, Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. *A Economia Solidária*. s.d. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/ecosolidaria/a-economia-solidaria/>>. Acesso em: 28 set. 2017.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia*, v. 3. Tradução de Aurélio Guerra Neto et al. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996 (Coleção TRANS).

FRANÇA-FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. *Economia Solidária - uma abordagem internacional*. Rio Grande do Sul: UFRGS Ed., 2004.

INSTITUTO PALMAS. *O que é um banco comunitário*. s.d. Disponível em: <<http://www.institutobancopalmas.org/>>. Acesso em: 28 set. 2017.

JACOBI, Pedro. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. *Ambiente & Sociedade* [online]. 2006, v. 9, n. 1. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2006000100010>>. Acesso em: 28 set. 2017.

JAPIASSU, Hilton. *O sonho transdisciplinar: e as razões da filosofia*. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas).

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985b. Livro 1, v. 1, t. 2 (Os economistas).

MIRANDA, Guacira Quirino. Painel de Moedas Sociais. *Justributário* (Fortaleza), v. Especial, p. s.n., 2011.

SAWAIA, Bader. (Org.). *As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 5. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

SINGER, Paul. *Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.